



Martins Pereira  
João Careca & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Manuel Martins Pereira  
João Careca  
Alec Beerten  
Elsa Cândia Martins

Exmos Senhores

Membros da Assembleia Municipal

Do Município de Santa Comba Dão

Lisboa, 26 de Junho de 2015

Cumpre-me enviar o Relatório e parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como a Certificação Legal das Contas Consolidadas do mesmo exercício.

Cumpre-me ainda apresentar as minhas desculpas pelo facto de só hoje enviar a documentação acima referida, mas tal ficou a dever-se a impedimentos de natureza pessoal que não estão portanto relacionados nem com os Serviços nem com o Executivo, aos quais, aliás, pretendo expressar os meus agradecimentos pela colaboração prestada.

Esperando que V. Exas relevem o atraso, manifesto a minha disponibilidade para qualquer esclarecimento necessário.

Com os melhores cumprimentos

João António de Carvalho Careca





## RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 76 da lei 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e nosso parecer sobre o relatório de gestão consolidado e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Executivo do **MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### Relatório

No desempenho das competências que nos são atribuídas pela alínea e) n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, acompanhámos regularmente a atividade do Município, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Executivo e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efectuado, é nossa convicção que o relatório de gestão consolidado, as demonstrações financeiras consolidadas e o respectivo anexo são suficientemente esclarecedores da situação do Município e satisfazem as disposições legais.

Nesta data emitimos Certificação Legal das Contas Consolidadas, com dez reservas e quatro ênfases, documento que deve ser lido conjuntamente com este Parecer.

### Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efectuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal das Contas Consolidadas que emitimos, somos de parecer que as contas consolidadas do Município de Santa Comba Dão, referentes ao exercício de 2014, se apresentam elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Lisboa, 19 de junho de 2015

**Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.**

Representada por

João António de Carvalho Careca, ROC n.º 849







## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município de Santa Comba Dão**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 53.609.945 euros e um total de fundos próprios de 28.053.747 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.899.335 euros), e a Demonstração dos resultados consolidados, referentes ao exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 13 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - a verificação, das demonstrações financeiras das empresas e entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação de estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e





- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas .
- 5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras. As presentes demonstrações incluem informação financeira resultante de operações com entidades relacionadas (Empresas Municipais) cujas contas e respetivas certificações realizadas por outros revisores levámos em consideração.
- 6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Reservas**

- 7. O Município não tem concluído o processo de inventariação dos bens imóveis de domínio público e privado, razão pela qual não podemos aferir sobre os efeitos que a sua realização teria nas rubricas de imobilizado, fundos próprios e acréscimos e diferimentos.
- 8. Encontra-se em curso um processo judicial, relativo a obras realizadas pela Autarquia ao abrigo do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), não nos sendo possível prever o desfecho do mesmo.
- 9. Na sequência de fiscalização realizada a diversas obras executadas pelo Município, entre 2008 e 2012, com recurso a financiamento de programas enquadrados no Quadro Comunitário de Apoio (QREN), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR), no início de 2015, informou o Município da rescisão financeira de dois projetos, “Ex EN2” e “Ginásios”, através dos quais foram recebidos 899.620 euros. Adicionalmente encontra-se registada na rubrica de acréscimos de proveitos cerca de 47.000 euros a receber relativos aqueles dois projetos. O Município tem intenção de recorrer da referida rescisão que pressupõe a devolução daquele montante e o desconhecimento da quantia a receber. Permanece em análise o processo relativo à construção do Centro Escolar Norte. Não nos é possível prever o desfecho dos referidos processos.
- 10. O Município participa, de forma indireta, na empresa DãoGest - Gestão de Investimentos, S.A. com a qual celebrou contratos de sublocação que, atendendo aos elementos até agora disponibilizados, não nos permitem concluir sobre a razoabilidade da formação das rendas mensais. A participação na referida empresa encontra-se reconhecida nas demonstrações financeiras da Combanima – Espaços Municipais, E.M, empresa que tem participação direta de 49%, valorizada pelo método de equivalência patrimonial. Não se encontram disponíveis as demonstrações financeiras do exercício de 2014 da DãoGest, S.A. Em 31 de Dezembro de 2013 a DãoGest apresentava um capital próprio negativo de 972.903 euros.





11. Decorrem nos Tribunais Administrativo e Fiscal de Viseu e de Instância Central da Comarca de Viseu processos judiciais intentados contra o Município, por fornecedores, relacionados com aquisições de bens e serviços realizadas até setembro de 2013, não nos sendo possível prever o desfecho dos mesmos. Os valores reclamados, não reconhecidos nas demonstrações financeiras do Município, ascendem a cerca 800.000 euros.
12. O Município, até 31 de dezembro de 2014, não procedeu ao pagamento, junto de instituição financeira, de amortizações de capital e juros na quantia total de 1.447.318 euros. A quantia referida tem incluído, relativamente ao exercício de 2014, as quantias de 416.874 euros, 33.034 euros e 144 euros referentes respetivamente a amortização de capital, juros e comissões bancárias. Adicionalmente, não foram constituídas provisões para juros de mora e encargos a suportar.
13. A empresa Combanima – Espaços Municipais, E.M., interpôs dois processos contra a administração fiscal na sequência de ação inspetiva desta última de que resultou o apuramento de Imposto sobre o valor acrescentado a pagar, relativo aos anos 2007 a 2009, na quantia total de 468.329 euros, garantidos através de hipoteca voluntária de bens do Município. A decisão de primeira instância, em relação ao primeiro processo foi favorável, tendo sido interposto recurso pela Administração Tributária. Não nos é no entanto possível prever o desfecho favorável dos processos.
14. A rubrica de outros acréscimos de proveitos apresenta um valor de 1.195.675 euros cuja recuperabilidade consideramos duvidosa.
15. Foram implementados procedimentos de controlo interno de reconciliação de contas de devedores e credores, no entanto persistem diferenças entre os saldos confirmados pelos fornecedores e as quantias registadas no Município, apresentando nomeadamente o fornecedor Rodoviária da Beira Litoral, S.A., uma diferença de cerca de 94.000 euros, em 31 de dezembro de 2014
16. O desequilíbrio financeiro do Município tem motivado situações de incumprimento da Lei dos compromissos e pagamentos em atraso. A 31 de dezembro de 2014 os pagamentos em atraso com mais de 90 dias totalizavam cerca de 3.760.202 euros.

## Opinião

17. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 13 acima e exceto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos 14 a 16, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Santa Comba Dão**, em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as Autarquias Locais.



## Ênfases

18. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos à atenção para as seguintes situações:

- 18.1. Em 31 de dezembro de 2014 o Município recebeu, no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), a primeira tranche no montante de 2.017.294 euros pelo que o nível de endividamento se encontra influenciado pela quantia devida ao Estado e as quantias ainda não pagas aos fornecedores.. Durante o 1º trimestre de 2015, o Município efetuou diversos pagamentos no âmbito do PAEL, reduzindo dessa forma o montante de pagamentos em atraso com mais de 90 dias para 2.093.031 euros.
- 18.2. No início de 2015, foi regularizado o contrato de regularização de passivo de curto prazo, na quantia de 423.268 euros formalizado em 2014;
- 18.3. No âmbito do nº 1 do artº 55, da Lei 73/2013, de 25 de agosto, no último trimestre de 2014, o Município efetuou o pedido de adesão ao apoio transitório de urgência (ATU). A 13 de fevereiro de 2015, através do Despacho nº 1536/2015, foi o mesmo aprovado, tendo sido autorizado a concessão de empréstimo pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) até ao valor de 487.158 euros. A 30 de abril foi o mesmo visado pelo Tribunal de Contas, encontrando-se utilizada, nesta data, a quantia de 225.091 euros.
- 18.4. As participadas Combanima – Espaços Municipais, EM e Profiacademus-Escola Profissional de Santa Comba Dão, Unipessoal, Lda., encontram-se em liquidação.

Lisboa, 19 de junho de 2015

**Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.**

Representada por

João António Carvalho Careca, ROC n.º 849